

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Capitalismo atual, reificação e as novas formas de gestão dos processos de trabalho: o caso do pólo de confecções do agreste em Toritama - PE			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho se insere no debate contemporâneo sobre as mudanças nos processos de trabalho capitalistas, cujo enfoque se volta à implementação dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tem como objeto de análise as atuais condições de trabalho de famílias no município de Toritama/PE que é reconhecido pela fabricação de artigos de vestuário em jeans, situado no "Pólo de Confecções do Agreste", configurando-se como um dos APLs existentes no Brasil. Toritama possui algumas particularidades que chamam a atenção de pesquisadores da área social, principalmente no que se refere às contradições entre os altos índices de ocupação e as condições de vida de seus munícipes. Na pesquisa empírica verificamos que esse altos índices de ocupação estão acompanhados de precárias condições de trabalho a que esses trabalhadores estão submetidos, como: condições insalubres de trabalho, exposição demasiada a produtos que afetam a saúde, extensas jornadas de trabalho, ausência de política de atenção à saúde do trabalhador, escassos serviços de saúde e educação para atendimento das famílias, alto grau de informalidade nos contratos de trabalho, diminuição e/ou anulação do poder reivindicatório e contestador dos trabalhadores, forte presença de trabalho infantil e domiciliar e indiferenciação entre ambiente doméstico e de trabalho, remuneração por produção/peça. Portanto, longe das propostas reificadas e fetichizadas de desenvolvimento econômico e social, os APLs se constituem em formas renovadas de exploração da força de trabalho, baseadas nas precárias condições de trabalho, cuja expressão mais visível está nos baixos salários, relações informais de contratação e intensa jornada de trabalho.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Reificação, processos de trabalho, arranjo produtivo local			
ABSTRACT			
<p>This work is part of the contemporary debate about changes in work processes capitalists, whose focus around the implementation of so-called Local Productive Arrangements (APLs). The object of analysis of the current conditions of working families in the municipality of Toritama / PE is recognized for manufacturing garments in jeans, located in the "Pole Clothes of the Wasteland", becoming one of the existing clusters in Brazil . Toritama has some peculiarities that draw the attention of researchers in the social area, especially with regard to the contradictions between high levels of employment and the living conditions of its citizens. In the empirical research found that high levels of occupancy are accompanied by poor working conditions that these workers are subjected, as unhealthy work conditions, overexposure to products that affect health, long working hours, lack of policy attention health worker, scarce health services and education to meet the families, high degree of informality in employment contracts, reduction and / or cancellation of the bargaining power of workers and argumentative, strong presence of labor and differentiation between home and domestic environment and work, pay for production / piece. So far the proposals reified and fetishized for economic and social development, the clusters constitute renewed forms of exploitation of the workforce, based on the poor working conditions, which is most visible in low-wage, informal relationships hiring and intense workday.</p>			
KEYWORDS			
Reification, work processes, local productive arrangement			
EIXO TEMÁTICO			
Construção da Teoria Social de Marx			

CAPITALISMO ATUAL, REIFICAÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE GESTÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO: O CASO DO PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE EM TORITAMA - PE

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se insere no debate contemporâneo sobre as mudanças nos processos de trabalho nas atuais formas de reestruturação produtiva, cujo enfoque se volta à implementação dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tem como objeto de análise as atuais condições de trabalho de famílias no município de Toritama, estado de Pernambuco, que é reconhecido pela fabricação de artigos de vestuário em jeans, situado no “Pólo de Confecções do Agreste”, configurando-se como um dos APLs existentes no Brasil.

Buscaremos apresentar as principais constatações a partir de observações *in loco* sobre as atuais formas de gestão da força de trabalho que intensificam a reificação das relações sociais quando da modalidade de exploração da força de trabalho por meio da remuneração por produção/peça e do trabalho em domicílio.

I – Reestruturação Produtiva e superpopulação relativa

Os estudos sobre o mundo do trabalho são cada vez mais frequentes devido à configuração do capitalismo no século XXI que desencadeia processos que levam a maior concentração de renda e desigualdades sociais. No capitalismo mundializado¹, o desemprego e a precarização do trabalho tornaram-se determinações inerentes ao modo de produção das riquezas. Na periferia do capitalismo, com a exacerbação das contradições capitalistas, a classe trabalhadora tem sido alvo de políticas voltadas para a diminuição do desemprego, seja por meio de cursos de qualificação, projetos de geração de emprego e renda e/ou incentivos aos micro e pequenos empreendimentos.

Apesar do dissenso em torno dos modelos estatísticos para mensurar o nível de emprego, os pesquisadores dessa área são consensuais em afirmar que o desemprego é um fator estrutural da sociedade contemporânea. Nos países centrais, que até meados da década de 1970 traziam consigo a marca do pleno emprego, a taxa de desemprego tem ficado em torno de oito ou nove por cento,

¹ □ Concordamos com Chesnais (1996) quando o autor prefere adotar o termo capital mundializado no lugar de globalização, pois nos apresenta que essa diferenciação é necessária por conter origens divergentes em termos de perspectivas ideológicas. Para o autor, a globalização refere-se ao discurso neoliberal que faz um chamamento aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus em busca de uma cooperação entre os interesses comuns. Já o termo mundialização, busca diminuir a falta de nitidez conceitual dos termos global e globalização, principalmente porque “a palavra 'mundial' permite introduzir, com muito mais força do que o termo 'global', a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento” (p. 24).

percentual que há duas décadas era considerado inadmissível. Em países periféricos, como o Brasil, essa realidade tem assumido feições ainda mais extremas.

Os números mostram que a questão do desemprego tem se tornado um dos problemas centrais da sociedade atual. Mas, para compreender essa realidade, necessitamos ir além da imediatividade das estatísticas e apreender um conjunto de múltiplas mediações que ligam o desemprego às complexas determinações da sociedade capitalista, a partir das mediações entre capital e trabalho.

Sabemos que o desemprego de uma parcela dos trabalhadores é produto da dinâmica inerente do capital. Desde que o capitalismo se consolidou enquanto modo de produção, através da revolução industrial, da divisão social e técnica do trabalho e da generalização do trabalho assalariado, que a expansão das riquezas veio acompanhada pelo desemprego de uma parcela considerável dos trabalhadores. Como ressalta Tavares (2004), o desemprego é parte constituinte do capital, que necessita sempre de uma força de trabalho sobrando para impulsionar e desenvolver a acumulação de riquezas.

Assim, a própria consolidação desta sociedade gerou mecanismos que expulsam os trabalhadores das fábricas criando o que Marx denomina de “exército industrial de reserva” ou superpopulação relativa. Esse contingente de desempregados representa um estoque de trabalhadores sempre disponíveis para as demandas do capital. No interior desse reservatório de força de trabalho se desenvolvem mecanismos que empurram os salários dos empregados para baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais intensidade e por mais tempo, criam uma grande massa humana pronta a ser convocada quando assim desejar o capital e condenam uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada.

Portanto, o desemprego na sociedade capitalista deve ser entendido não como produto exterior ou mero distúrbio involuntário do sistema de produção, mas antes, como produto histórico necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista. Marx (1988) já explicava tal fenômeno a partir do que denominou a “Lei Geral da Acumulação Capitalista”. Nas palavras do autor:

O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativos dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (p. 200).

Vale ressaltar que como toda contradição capitalista, a dinâmica do desemprego responde por particularidades históricas e seu aumento ou sua retração são determinados por vários fatores. Talvez o mais importante desses fatores seja a existência ou não de força política que se

contraponha ao capital, por parte dos trabalhadores organizados. Mas, de todas as formas como se consolidou o capitalismo em diferentes países, “não há exemplo de economia capitalista sem desemprego; suas taxas podem variar, aumentando ou diminuindo, mas o capitalismo 'real' [...] sempre registrou um ineliminável contingente de trabalhadores desempregados” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 132).

No atual estágio de correlação de forças, “o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225).

No nosso entendimento, estas são medidas voltadas à exportação de recursos dos trabalhadores em detrimento do desenvolvimento da produção nacional e de ampliação das políticas sociais que alargam o fosso histórico de dependência dos países periféricos aos países centrais, reproduzindo-se assim, as contradições que cada vez mais mantêm vivas as desigualdades sociais, concentração de renda e os processos de pauperização.

Gradativamente, com a mundialização do capital e a quebra das barreiras nacionais desenvolve-se uma economia mundial baseada no baixo custo da força de trabalho, oferecendo às empresas transnacionais uma hiperoferta de força de trabalho e impulsionando formas de organização do trabalho baseadas no subemprego informal e na precarização. Conforme Chossudovsky (1999)

A reestruturação da economia mundial sob as instituições financeiras sediadas em Washington nega cada vez mais aos países em desenvolvimento a possibilidade de construir uma economia nacional: a internacionalização da política macroeconômica transforma países em territórios econômicos abertos e economias nacionais em “reservas” de mão-de-obra barata e de recursos naturais (p. 30).

A determinação do nível salarial dos países periféricos não é somente marcada pelas condições do mercado de trabalho nacional. Conforme Chossudovsky (1999) deve-se também aos salários predominantes nos locais de mão-de-obra barata:

Assim, o nível dos custos do trabalho está condicionado à existência de um “*pool* global de reserva de mão-de-obra barata” constituído pelos “exércitos de reserva” em diferentes países. Esse “excedente de população mundial” condiciona a migração internacional do capital produtivo no mesmo ramo industrial de um país para outro: o capital internacional (o comprador direto ou indireto da força de trabalho) muda de mercado de trabalho nacional. Do ponto de vista do capital, esses “exércitos de reserva” estão integrados em um único *pool* internacional de reserva, em que os trabalhadores, em diferentes países, são levados a uma competição aberta entre si (p. 69-70).

Grande parte deste quantitativo de trabalhadores excedentes que compõe a superpopulação relativa vão se inserir no trabalho precarizado e no denominado “setor informal” (SOARES, 2008). O chamado “setor informal” ganha cada vez mais adeptos, possuindo uma funcionalidade nessa dinâmica da reestruturação produtiva. Tavares (2004) debate o aspecto produtivo da informalidade tanto para a produção quanto reprodução do capital. Busca compreender este fenômeno para além das argumentações hoje disseminadas: o setor informal “ora é explicação, ora é solução para a pobreza” (p. 33).

Os processos de reestruturação produtiva, que ampliaram os índices de desemprego, não se basearam unicamente em promover mudanças no âmbito do processo de produção de mercadorias. A proposta também invade o cotidiano e a consciência dos trabalhadores, buscando redefinir, também, as formas de subordinação do trabalho ao capital: “Se, historicamente, o trabalho sempre esteve subordinado, o que de 'novo' emerge é a tentativa de obter o *consentimento ativo* dos trabalhadores ao atual processo de recomposição do capital” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 36) (grifos das autoras).

Em relação a esse processo, Antunes (2002) aponta que para além da reorganização das suas formas de dominação societal, o capitalismo buscou

[...] gerar um projeto de recuperação da hegemonia nas diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (p. 48).

Para Teixeira (2007), a reestruturação produtiva recompõe a unidade das diferentes fases do processo de trabalho, recriando um novo tipo de trabalhador coletivo combinado:

Este não mais existe como elemento de um coletivo, em que ele era apenas parte, ligada às demais por meio da malha da divisão técnica de ocupações. O novo trabalhador coletivo combinado existe agora na figura de cada trabalhador particular que, ao lado dos demais, encarna e realiza a unidade das diferentes fases do processo produtivo. Noutros termos, cada trabalhador individual é um trabalhador coletivo combinado (p. 41).

No âmbito da produção, as principais mudanças operadas são tratadas por Vasapollo (2005) no contexto em que “passou-se da grande indústria que abrigava em seu interior todos os processos de produção, para um modelo de descentralização produtiva” (p.18). Processo esse que o autor denomina de:

Outsourcing, ou seja, externalizando-se as fases e processos produtivos com o fim de aumentar a eficiência e a produtividade da empresa e diminuir custos [...] No modelo pós-fordista, a produção não começa nem

termina na empresa, mas começa e termina fora dela mesma (p.21-24) (grifos do autor).

Ou seja, “a parcealização, que caracteriza o trabalho coletivo desde que a maquinaria foi introduzida no processo de trabalho, não está restrita a um sistema articulado que exige a reunião dos trabalhadores em um mesmo local” (TAVARES, 2004, p. 142). Desta forma, os trabalhadores externos às grandes empresas são responsáveis por produzir o grosso do produto. Aparentemente, eles são considerados com mais “liberdade”, uma vez que estão desligados do sistema formal e hierárquico das empresas.

O fato de trabalhador em seu próprio local de trabalho lhe dá a impressão de ser um cidadão no mundo do trabalho, sem que ninguém o comande em suas atividades sendo ele mesmo a fonte organizadora de todo o processo. O mais importante nesta nova configuração do trabalho é que o trabalhador, tendo-se tornado vendedor de sua força de trabalho, sente-se proprietário, um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos patrões. Num mundo onde todos são produtores de mercadorias, os sindicatos, os antigos instrumentos de luta dos trabalhadores, parecem, pelo menos, supérfluos” (OLIVEIRA, 1996, p. 171)

Além disso, a reestruturação produtiva “ressuscitou formas de exploração do trabalho que há muito haviam deixado de existir, pelo menos nos países avançados: sistemas antigos de trabalhos doméstico, artesanal, familiar e paternalista” (OLIVEIRA, 1996, p. 169-170).

Debateremos a seguir as particularidades do Arranjo Produtivo Local em Toritama/PE que refletem essas contradições.

II – Reificação e as novas formas de gestão dos processos de trabalho: o Arranjo Produtivo Local em Toritama/PE

Um dos processos decorrentes da reestruturação capitalista no Brasil vamos encontrar com a criação, implementação e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)². Na definição do SEBRAE, APL são:

Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de

² □As experiências dos APLs se baseiam nas experiências da Terceira Itália. Tattara e Volpe (apud ENDLICH, 2007) explicam que, na década de 1970, o modelo industrial italiano pós-guerra, baseado em grandes unidades industriais, deixou 150.000 desempregados devido ao processo de crise/reestruturação do capital. Foi quando pequenas empresas dos distritos industriais empregaram, no mesmo período, mais de 400.000 trabalhadores, atraindo olhares de estudiosos para esta estratégia de enfrentamento do desemprego. “No conjunto de distritos da Terceira Itália estão mais da metade dos empregos industriais italianos” (p. 7). Tal referência não pode ser vistos como uma simples transposição daquele modelo econômico, mas, considerando as características particulares das economias nacionais e locais, oriundas do processo de constituição histórica das classes sociais brasileiras e da produção e distribuição da riqueza nacional.

articulação, integração, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (ARAÚJO, 2006, p. 32).

Tendo como referência informações do site do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), órgão responsável pela realização de levantamento sobre os APLs, constatamos existir 404 APLs no Brasil. Deste total, apenas 68 (16,8%) possuem como região/cidade pólo dessas produções as capitais, mostrando um forte processo de interiorização do processo produtivo³. Os setores em que predomina o pólo nas capitais referem-se geralmente ao setor de serviços, principalmente o de turismo, mas também se destacam os ramos de petróleo e gás. Portanto, observa-se um forte processo de interiorização da produção que também visa buscar uma força de trabalho de baixo custo frente ao reservatório de superpopulação excedente.

Numa perspectiva liberal, os APLs enfatizam que o seu principal objetivo é o de promover melhores condições para a competitividade das empresas (ARAÚJO, 2006). Desta maneira, as vantagens dos APLs se caracterizam por constituir um contraponto às empresas transnacionais, ao se fixarem em determinado território e assim oferecer condições para o desenvolvimento regional e pela distribuição de renda e geração de empregos na região.

O fortalecimento de pequenas e micro empresas com enfoque local passa a ganhar peso enquanto alternativas para o enfrentamento ao desemprego e desenvolvimento dos APLs. As organizações internacionais, como o Banco Mundial, passam a recomendar tais modelos enquanto políticas de desenvolvimento local (ARAÚJO, 2006).

Há que se destacar que em 2005, as Micro e Pequenas Empresas foram responsáveis por mais de 65% da criação de postos de trabalho no Brasil. Conforme levantamento realizado pelo IBGE, ainda em 2005, as empresas de pequeno porte (de até 4 pessoas) são responsáveis por 83% do total de empresas cadastradas, e que, se somadas às empresas entre 5 a 19 pessoas esse número sobe para 96,9%. No entanto, mostra também que o maior número de empresas cadastradas hoje no mercado possui pouco tempo de existência (ARAÚJO, 2006).

No entanto, “embora se dê destaque às experiências bem sucedidas, não se pode esconder que, no Brasil, aproximadamente 50% dos pequenos negócios fecham suas portas antes de completarem um ano de vida” (TAVARES, 2004, p. 111). Pois nas condições de permanência no mercado, veremos que:

- 1) o êxito das pequenas empresas e, em certos casos, até a condição de existência, depende de serem subcontratadas pela grande empresa; 2) as

³ □Sistematização realizada pela pesquisadora com base nos dados encontrados no site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: www.mdic.gov.br, no período de set/2008.

cooperativas de trabalho, empresas familiares e associações de trabalho, reivindicadas pelo suposto caráter espontâneo e solidário, para sobreviverem precisam, também, articular-se ao grande capital. Há cooperativas que, longe de serem uma iniciativa dos trabalhadores, são criações do Estado e da própria empresa interessada na exploração da força de trabalho mais barata; 3) o trabalho domiciliar é, em geral, executado mediante planejamento e comando direto de uma empresa, consubstanciado, às vezes, pela participação no trabalho coletivo; 4) os trabalhos que não fazem parte da interioridade do sistema são integrados e subordinados à produção pelos mecanismos do mercado (p. 113-114).

A remuneração por peça/produção e o trabalho em domicílio, modalidades intensificadas a partir da reestruturação produtiva acabam por repor antigas formas gestão da força de trabalho que dominaram o capitalismo nos seus primórdios e até no apogeu da grande indústria, agudizando as formas de exploração da força de trabalho, inclusive, sob a roupagem de “pequenos empreendimentos”. O que está ocorrendo é o que Oliveira (1996) caracteriza como:

Uma forma transfigurada do salário por peça, que, no século passado, tornou possível o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento dos salários. Atualmente, em contraposição às formas de pagamento vigentes nas indústrias, o pagamento destes trabalhadores depende da quantidade de mercadorias que eles fornecem às unidades finais de produção, portanto, seu salário se determina a partir da capacidade de produção por unidade e por tempo. Quem controla todo o processo e inclusive estabelece os preços dos produtos? As unidades finais de produção, que, inclusive, submetem os produtores a uma vigilância permanente no que diz respeito à qualidade da produção, sendo que os custos da produção são assumidos pelos fornecedores, caso seus produtos não se ajustem aos critérios de qualidade estabelecidos. Além disto, é também a empresa compradora que estabelece o tempo de trabalho que deve ser despendido em cada unidade como base do pagamento de seus fornecedores, um processo que abre espaço a todos ripo de descontos salariais e de fraudes por parte dos capitalistas, que assim tem mais facilidade de escapar à legislação trabalhista (p. 171-172).

Fenômenos como estes vamos observar no cotidiano de vida e de trabalho das pessoas no município de Toritama-PE. Apesar de ser um município com alto índice ocupacional, praticamente a totalidade de seus trabalhadores são informais e/ou trabalham sob condições precárias.

Em entrevista com famílias que moram no município de Toritama, ficou constatado que somente não trabalhavam com o processo de confecção de jeans aqueles que estavam aposentados (11%) ou ainda aqueles que não possuíam idade para trabalhar (75%). Somente 4% deles informaram que estavam na situação de desemprego.

Há que se destacar que dentre aqueles que não possuíam idade para trabalhar geralmente são os filhos dos entrevistados, com idade inferior a dezesseis anos. Porém, há relatos de que esses

jovens trabalham como “çaçacos” que é um “faz tudo” nos fabricos e facções. O que reforça a possibilidade de trabalho infantil junto aos trabalhos em domicílio.

Toritama, caracterizada por um se constituir um APL voltado para a confecção de jeans, atrai muitos trabalhadores de outras localidades devido ao seu alto índice de ocupação, demandando ações do poder executivo para adequar as necessidades da população aos serviços públicos ofertados. No entanto, observamos que as condições de trabalho e proteção social a que estão submetidos esses trabalhadores são extremamente precárias e/ou inexistentes: condições insalubres de trabalho, exposição demasiada a produtos que afetam a saúde, extensas jornadas de trabalho, ausência de política de atenção à saúde do trabalhador, escassos serviços de saúde e educação para atendimento das famílias, alto grau de informalidade nos contratos de trabalho, diminuição e/ou anulação do poder reivindicatório e contestador dos trabalhadores, forte presença de trabalho infantil e domiciliar e indiferenciação entre ambiente doméstico e de trabalho.

E é quase inexistente a intervenção do poder público no que se refere à fiscalização dessas condições de trabalho. Tavares (2004), ao discutir sobre informalidade e trabalho domiciliar, afirma que a “possibilidade de explorar a custos mais baixos a força de trabalho promove a reemergência do trabalho domiciliar como uma forma adequada ao padrão flexível de acumulação” (p. 77). Pois a produção “incorpora toda a família, não deixando lugar para outras dimensões humanas na vida do trabalhador” (TAVARES, 2004, p. 171) em que “o trabalho só é interrompido para a realização de atividades domésticas que não podem ser adiadas” (TAVARES, 2004, p.181). As noções de público e privado tendem a se mesclar nesse modelo de produção.

A superpopulação relativa existente no local é uma das condições necessárias para o desenvolvimento de um APL. Araújo (2006) descreve e analisa como ocorreu o surgimento de APLs no Pólo de Confecções do Agreste que expressa esse “pressuposto”:

Muitas vezes surgem em locais onde praticamente não existia infraestrutura adequada ao desenvolvimento de determinada atividade produtiva e nem tampouco estavam na rota dos principais fornecedores, ou seja, possuíam condições adversas para o início da atividade. Contudo, a *abundante mão-de-obra*, com *baixa qualificação* e conseqüente *baixos salários* criavam um ambiente favorável ao início do processo produtivo, especialmente em atividades com pequenas barreiras de entrada e com baixa ênfase em qualificação de mão-de-obra, como o setor de confecções. A região do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano surgiu neste contexto nos últimos 30 anos, inicialmente utilizando como matéria-prima para suas indústrias o refugo (helanca, por exemplo) da produção das indústrias têxteis do sul/sudeste do país para, em seguida, atrair para aquela região diversos fornecedores de matéria-prima e aviamentos diante da constatação de uma maior demanda por seus produtos, inclusive relacionadas com necessidade de melhor qualidade de tais insumos. Em

anos recentes, a maior exigência do mercado consumidor e uma maior consciência dos empresários locais para a necessidade de produção com maior qualidade fizeram com que grandes empresas nacionais e mesmo multinacionais fornecedoras de insumos instalassem escritórios comerciais e fornecedores de suporte técnico na região do Agreste, fornecendo ali os mesmos produtos existentes em qualquer parte do mundo, a preços também competitivos (p. 86-7) (grifos nossos).

Conforme dados analisados por Pochmann (2007), a região Nordeste registrou elevação da força de trabalho acima da variação do produto devido à forte migração:

Em função disso, o comportamento do mercado de trabalho também sofreu efeitos diretos e indiretos do movimento migratório. Seguindo a tradição, o movimento migratório tendeu a perseguir o sentido da própria expansão econômica, posto que a busca por melhores condições de vida e trabalho expressa grande parte dos deslocamentos geográficos efetuados no Brasil (p. 67).

De 1992 a 2005, houve significativo deslocamento de força de trabalho empregada no setor primário para os setores secundário e terciário no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, pelo processo de mecanização da produção agrícola; deslocamento de segmentos industriais intensivos de mão-de-obra das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste (nas áreas de calçados, têxtil e vestuário) e aumento da demanda por serviços e da ocupação na administração pública (COSTANZI; RIBEIRO, 2007).

A característica da indústria de confecções do Nordeste, particularmente a de vestuário é composta predominantemente por micro e pequenas empresas (95% das indústrias da região) (VIANA apud ARAÚJO, 2006), que estão espacialmente instaladas nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí. Destacam-se Ceará e Pernambuco por conter o maior número de empresas. Em Pernambuco, 75% da atividade industrial concentra-se no Pólo de Confecções do Agreste.

Toritama, segundo o SEBRAE/PE (apud ARAÚJO, 2006) produz 16% de todo o jeans fabricado no Brasil. O autor defende que a baixa arrecadação dos municípios deve-se à informalidade dos empreendimentos, a emissão de notas fiscais ocorre basicamente nas maiores lojas, criando dificuldades do município para financiar obras voltadas para a qualificação da infraestrutura local e tampouco para investir na área social⁴.

⁴ □O que, num primeiro momento pode ser um “entrave” para a arrecadação municipal e desenvolvimento local, por outro lado, por ser considerado uma fonte de angariar lucros por parte do capital.

Dentro da identificação dos principais agentes dentro de um APL⁵, Araújo (2006) destaca a essencialidade da presença de infraestrutura física, que serve tanto para melhorar a atração do local, por meio de uma rede de escoamento e comercialização de produtos, como segurança, estradas, shoppings, centros comerciais; como também para a própria produção, quando necessita de uma rede de esgoto e abastecimento, telecomunicações, etc. Inclusive, facilitando os custos da produção. No entanto, podemos observar que tais condições são geralmente promovidas pelo Estado, não entram nos custos da produção, mas são essenciais a ela.

Harvey (2005) aponta que para o processo de acumulação é necessário que o capital possa usufruir de configurações espaciais fixas e imóveis, ou seja, que haja uma estrutura que forneça o suporte mínimo para a instalação do processo produtivo que possa elevar os índices de lucratividade, que o capital não subsidiará. Neste momento, a intervenção estatal torna-se fundamental para fornecer essa estrutura espacial, no caso do provimento de ferrovias, transporte, meios de acesso para a entrada e saída do capital, de modo a colaborar para a circulação das mercadorias.

O foco no território para a produção leva os poderes governamentais locais a atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos e novas fontes de emprego. Também deve oferecer um pacote substancial de ajuda e assistência, uma vez que a competitividade internacional também depende das qualidades, quantidades e custos da oferta local de mão-de-obra (HARVEY, 2005). Sendo assim, “a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um ‘ambiente favorável aos negócios’, e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” (HARVEY, 2005, p. 179-180).

Não diferentemente das demais situações de exploração da força de trabalho pelo capital nos diversos ramos produtivos, observamos em Toritama que a ampliação da jornada de trabalho e intensificação da força de trabalho são também elementos indispensáveis para estabelecer o salário recebido pelos trabalhadores: no mesmo ramo de produção, há uma média de trabalho exigida para a realização de um *quantum* de produtos, uma vez que são remunerados por produção/ peça.

A diferenciação salarial entre os que trabalham por produção ou com salário fixo é por meio da ampliação da jornada de trabalho. O tempo, então, permanece sendo a determinação do equivalente monetário da força de trabalho e não a capacidade de produção, argumento empregado muitas vezes tanto pelos trabalhadores quanto empresários o que acaba por escamotear as reais condições em que ocorre a exploração da força de trabalho. Conforme nos explica Marx (1988):

⁵ □ Tais como: recursos humanos, tecnologia, recursos financeiros de capital, clima de negócios, infra-estrutura física, rede de fornecedores, empresas líderes.

O salário por peça nada mais é que uma forma *metamorfoseada* do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é uma forma metamorfoseada do valor ou preço da força de trabalho. O salário por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas também objetivado no produto, como se o preço desse trabalho não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração valor diário da força de trabalho/ *jornada de trabalho* de dado número de horas, mas pela *capacidade* de produção do produtor [...] ambas as formas de salário existem simultaneamente, lado a lado, nos mesmos ramos de negócios (p. 133) (grifos nossos).

Tavares (2004) afirma que não há diferenciação quanto ao tempo socialmente necessário para a atividade formal ou informal. A medida do capital – o tempo – é a mesma no processo de valorização. “O trabalho informal, tal qual o formal, é igualmente mercadoria, bem como é igual o parâmetro para determinação de seu valor” (p.110).

Dentre as principais características das atividades informais apontadas por Soares (2008), destacamos que são caracterizadas por possuir facilidade de ingresso por parte do trabalhador, técnicas simples, qualificação adquirida fora do sistema escolar informal, utilização de recursos locais, formação de empreendimentos familiares e por pequena escala de atividades.

No caso da indústria têxtil⁶, após a elaboração do tecido, ele é encaminhado para o corte e para a confecção. No caso da indústria de confecções “o caráter descontínuo do seu processo produtivo e as suas poucas exigências técnicas contribuíram para que a terceirização acompanhasse toda a história desse ramo”, o que facilita o processo de e terceirização da produção. No entanto, calcados na flexibilização dos contratos trabalhistas e na precarização das condições de trabalho, além da reemergência do trabalho em domicílio.

Conforme Jinkings e Amorim (2006), “a confecção é a última fase do processo produtivo têxtil e se constitui na atividade menos automatizada desse processo” (p. 339). Portanto, uma parte da divisão do trabalho na qual a extração da mais-valia absoluta predomina. O que, inclusive, leva a muitos dos trabalhadores do ramo de confecção de jeans em Toritama a adquirirem equipamentos de fácil manuseio e/ou aprendizado e possibilitando o trabalho em domicílio.

Tais características observaremos nos chamados *fabricos* e em pequenas *façções*⁷ em Toritama. Das 50 cinquenta entrevistas realizadas com trabalhadores vinculado ao APL-Toritama,

⁶ □ Conforme Jinkings e Amorim (2006) “O complexo produtivo da cadeia têxtil envolve o beneficiamento de fibras, a fiação, a tecelagem e a malharia, o acabamento de fios e tecidos e a confecção. Cada etapa tem como resultado o principal insumo da etapa seguinte” (p.338)

⁷ □ Fabricos e façções são as denominações dos diferentes empreendimentos familiares informais presentes no município que se envolvem na produção de jeans.

40% deles tinham apenas até a quarta série do ensino fundamental, e ainda encontramos 4% que nunca tiveram estudado.

Também ficou evidente, nas entrevistas, que as pessoas que trabalham em fabrico/facção aprendem o ofício com familiares e conhecidos. Pois das 50 entrevistas, 47 (94%) responderam não possuir nenhuma qualificação e apenas 03 mencionaram ter realizado algum curso. Dessas 03, somente 01 foi na área de Corte e Costura por uma outra prefeitura que não a de Toritama; 01 respondeu ter formação em técnico em contabilidade realizado no 2º Grau e 01 realizou curso através da prefeitura de Toritama na área de Serviços Gerais. Portanto, a qualificação adquirida entre os familiares e conhecidos e o baixo custo em aquisição de maquinário (máquina de costura e outros instrumentos) facilita o ingresso dessa população em alguma parte da divisão do trabalho no APL-Toritama.

O aspecto familiar e comunitário do local ainda pode ser observado quando os entrevistados foram questionados sobre a forma de acesso ao mercado de trabalho em Toritama. Do total deles, 85% informaram que se inseriram no mercado de trabalho através de familiares e conhecidos.

A remuneração desses trabalhadores também varia conforme o período do ano. Períodos considerados de “alta” produção são, geralmente, dois meses que antecedem período de Natal e Festas Juninas. Ou seja, grande parte do ano é um período de baixa produção ou produção mediana. O que precariza ainda mais as condições de trabalho, pois a remuneração por peça/produção fica subordinado às demandas e necessidades das grandes empresas, cujo salário tende a oscilar.

A precarização das condições de trabalho também se reflete nas condições de saúde e das principais patologias a que esses trabalhadores são acometidos por conta do trabalho encontraremos: complicações de coluna e renais e problemas respiratórios/alérgicos. A primeira situação decorre do grande período em que os trabalhadores devem permanecer sentados perante as máquinas de costura e a segunda pela a sujeição e exposição de adultos e crianças ao pelo do jeans.

O salário por peça, que do ponto de vista do trabalhador pode ser visto como a forma mais rentável e autônoma de produção, para o capital possui suas vantagens. Conforme argumenta Marx (1988):

1º) sendo a qualidade do trabalho medida pelo próprio produto, pode ocorrer descontos salariais e fraudes capitalistas;

2º) sendo os próprios trabalhadores que supervisionam a produção, a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza mediada pela exploração de trabalhador pelo trabalhador, favorecendo a fragmentação da classe trabalhadora sob o fetiche da liberdade, independência e autocontrole;

3º) sendo de interesse do trabalhador intensificar sua produção, isso eleva o grau normal de intensidade do trabalho médio;

4º) e por consequência, à medida que aumenta a produção, reduz o salário pago à força de trabalho:

O salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que cresce o número de peças produzidas durante o mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça. Essa variação do salário por peça, enquanto puramente nominal, provoca lutas contínuas entre capitalista e trabalhador. Ou porque o capitalista aproveita o pretexto para rebaixar realmente o preço do trabalho, ou porque o aumento da força produtiva do trabalho é acompanhado de um aumento da intensidade do mesmo. Ou porque o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, como se lhe pagassem seu produtos não sua força de trabalho, e por isso se opõe a um rebaixamento do salário, que não corresponde ao rebaixamento do preço da venda da mercadoria (MARX, 1988, p. 138).

Tavares (2004) complementa as nossas críticas: “o capital além de colocar o trabalho na informalidade, retirando a proteção social ao trabalhador, ainda dissimula a extração da mais-valia e consolida a ideia de que a esfera da circulação é, de fato, o *locus* de toda a negociação entre capital e trabalho” (p. 52). A partir de Marx, Oliveira (1996) destaca o caráter da potencialização da produção da mais-valia através do salário por peça:

[...] Tal procedimento faz do trabalhador uma fonte potencializada de auto-exploração, pois o trabalhador, nestas circunstâncias, tem interesse de aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível e prolongar sua jornada de trabalho, seja, trata-se, em última instância, de um processo de potencialização da produção da mais-valia (p. 172).

Não somente essas formas de remuneração, mas a atual organização da produção por meio da implantação de células de produção, principalmente no setor de confecções, constituiu-se em estratégia de organização de trabalho que “[...] gera um ambiente de competição entre as trabalhadoras (no setor de confecção as mulheres são a maioria esmagadora), no qual cada uma se encarrega de cobrar o trabalho da colega, buscando uma maior qualidade, rapidez e produtividade” (JINKINGS, AMORIM, 2006, p. 347).

A mercantilização das relações sociais se intensifica nas formas contemporâneas de contratação da força de trabalho. Se, historicamente, tínhamos a relação entre empregados e patrões, ainda que sob a forma de uma contratação de compra e venda da mercadoria força de trabalho e pagamento por salários; na modalidade de pagamento por meio de produção/peça, esse processo de reificação das relações sociais se complexificam e se metamorfoseia na medida em que agora, aparentemente, não temos mais a relação de compra e venda da força de trabalho, mas a relação de compra e a venda de produtos. Convertendo, inclusive, o espaço doméstico e as relações familiares em espaços e relações mercantis.

Desta forma,

O mecanismo do fetichismo, próprio da produção mercantil e que se deixa surpreender com a universalização, responde, pois, por um modo de emergência, de aparição, de objetividade imediata do ser social e o converte: fá-lo aparecer como facticidade – o que é relação social se mostra como relação objetual (NETTO, 1981, p. 41).

O caráter fetichista da mercadoria para Marx (1988) consiste no fato de que

[...] ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores como o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos [...] Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (p. 71).

Reificando os processos de alienação, cuja “essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia por maior” (LESSA, TONET, 2008, p. 100).

Mas tal relação não exclui a necessidade da “cooperação” entre os trabalhadores no em Toritama, do contrário, necessita da cooperação entre eles para facilitar a divisão do trabalho. Para os empresários, a questão da cooperação entre os produtores é bastante destacada também entre estudiosos sobre o assunto, chegando a ser denominada de “capital social”, “ação conjunta” e até “associativismo”, para designar a necessidade no APL do trabalho cooperado entre os trabalhadores e entre as micro e pequenas empresas. Apesar de muitos trabalhadores não terem conhecimento sobre a origem dos produtos, sua rota até a comercialização final, assim como quem é o proprietário ou a empresa que contratou a encomenda, há a necessidade deste sentimento e práticas cooperativas na comunidade e entre os trabalhadores.

Sabemos que a “divisão e cooperação do trabalho são condições fundamentais à produtividade do trabalho, que se expressa numa atividade combinada, numa totalidade” (TAVARES, 2004, p.124). Portanto, necessária à produção capitalista, uma vez que

a atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho) [ou então, *no mesmo território*], para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o *ponto de partida* da produção capitalista (MARX, 1988, p. 244) (grifos nossos).

E que:

A cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de

desenvolvimento do modo de produção capitalista [...] a cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo (MARX, 1988, p. 253).

Marx (1988) define cooperação como sendo “a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (p.246). É somente através do trabalho cooperado que há um aumento da força individual no sentido da criação de uma força produtiva que se caracteriza por uma força de massas, pois “em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é a força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela decorre da própria cooperação” (p.249). Até mesmo porque o capitalista “paga o valor das 100 forças de trabalho independentes, mas não paga a força combinada das 100” (MARX, 1988, p. 251).

O sentimento de cooperação também se faz necessário para acelerar o tempo gasto na produção parcelizada e assim diminuir o tempo de trabalho necessário gasto para fabricar o produto final:

Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva de capital. A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições [...] ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente (MARX, 1988, p. 251).

Na situação de Toritama, podemos verificar que esse caráter da “massa de trabalhadores” é bastante funcional ao capital, uma vez que reúne os trabalhadores no mesmo local, agora denominado de “território”, e não mais de “fábrica”. No entanto, como constitui uma produção, em sua maior parte, de âmbito doméstico, o processo de trabalho não assume um caráter “público”. Esse fator, associado à ausência de criação de espaços coletivos de sociabilidade para a população são condicionantes que dificultam a organização dos trabalhadores enquanto classe.

Observamos que nesse novo modelo de produção de mercadorias, cada vez mais o capital busca silenciar o antagonismo de classe. Quando os entrevistados foram questionados sobre participação em sindicato ou movimento social, apenas 4% mencionaram que participam do sindicato. E ainda que a sua participação ocorre pela contribuição para o Funrural com vistas à aposentadoria. Já nas (96%) respostas que disseram atualmente não participar, 3 mencionaram já ter participado, porém, com um objetivo muito claro: conseguir assistência médica, o que não foi possível na época por meio do sindicato. Observa-se que, apesar da alta concentração de

trabalhadores na cidade na área da produção do jeans, o órgão que teria a função de mobilizar os trabalhadores, ainda que na área rural, volta-se, exclusivamente para a garantia de aposentadorias. E para os trabalhadores da cadeia produtiva de jeans inexistente órgão que agregue as reivindicações desse segmento, o que parece ser uma condição para que a produção se expanda, ou seja, a ausência de direitos trabalhistas é condição para que o capital possa se expandir.

A busca pela ocupação, chamariz dos arranjos produtivos locais para a classe trabalhadora, carrega o ideário da sustentabilidade, mas tenta apagar as contradições presentes nesta proposta de desenvolvimento local. A necessidade do capital em manter a ordem vigente como única forma de sociabilidade se apresenta, prioritariamente, pela tentativa de anulação das contradições de classe.

Em que pese o conjunto de contradições aqui expostas acerca das condições de trabalho no APL-Toritama, muitos dos trabalhadores avaliaram como positivo a produção do jeans em Toritama, em que 62% afirmaram que o aspecto favorável é a de ter sempre trabalho, cuja maioria que mora na cidade ou migra para lá encontra trabalho, ainda que nas formais mais precárias. Afirmam, ainda, que a produção do jeans possibilitou o crescimento e reconhecimento da cidade (20%), atraindo migrantes (12%).

Questionados sobre os aspectos negativos, 19 informaram não haver, mas ficam evidentes as contradições desse tipo de produção e parece ser consensual a predominância das dificuldades em acessar as políticas sociais (33%) e a instabilidade de renda, aumento da criminalidade (15%) a insatisfação com o valor do salário e a precarização das condições de trabalho, a vulnerabilidade aos períodos de baixa produtividade, além da desigualdade de distribuição de renda (21%).

A ausência de consciência crítica acerca das contradições presentes na exploração da força de trabalho no APL-Toritama é reflexo do atual processo de reificação das relações sociais oriundo do atual processo de desenvolvimento do capitalismo que não somente repõe as antigas formas de extração da mais-valia absoluta, como intensifica a mercantilização das relações sociais.

Os processos alienantes na sociedade burguesa “arrancam exclusivamente do fetichismo inerente à produção mercantil e, incorporado à forma mercadoria, se põem, repõem e reproduzem todas as instâncias sociais – porque esta sociedade está inteiramente mercantilizada” (NETTO, 1981, p. 80).

Tal processo gera conformismo por parte da classe trabalhadora em aceitar a condição precária de trabalho como algo “favorável” para sua manutenção frente ao desemprego, impedindo a própria formação de consciência de classe para questionar e resistir a essas contradições. A fetichização da mercadoria, ou seja, quando os trabalhos privados dos produtores não aparecem como relação entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como “relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (Marx, 1988, p. 71).

Portanto, o atual processo de reestruturação produtiva não alterou somente a forma de produzir as mercadorias, mas também gestou um processo de intensificação da alienação sob a égide do capital. Tal processo de fetichização da mercadoria é funcional ao modo de produção capitalista porque repõe o conjunto das contradições como algo natural e necessário como conforma as relações sociais entre os trabalhadores como relações mercantis estimulando a concorrência e a fragmentação dentro da própria classe.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Carlos A. C. L. **Análise da cadeia têxtil e de confecções do estado de Pernambuco e os impactos nela decorrentes do fim do acordo sobre têxteis e vestuário – ATV**. Recife: UFPE, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES), Faculdade de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COSTANZI, Rogério N.; RIBEIRO, Hélio V.M. Mercado de trabalho no nordeste: estrutura setorial, desemprego e desigualdade – 1992 a 2005. In: MACAMBIRA, J.; SANTOS, S.M. (org.). **Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade**. Fortaleza: IDT; Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

JINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine R.A. Produção e desregulamentação na indústria têxtil de confecções. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v.1. e v. 2. 3 ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política – uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social ; v. 1)

POCHMANN, Márcio. Geoeconomia do emprego no nordeste brasileiro. In: MACAMBIRA, J.;

SANTOS, S.M. (org.). **Brasil e Nordeste: Ocupação, Desemprego e Desigualdade**. Fortaleza: IDT; Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RODRIGUES, Haidée. **Trabalho e assistência social: estratégias de reprodução da força de trabalho no município de Toritama/PE**. Recife: UFPE, 2009. 185f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção do capital**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista – Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Francisco J.S (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva – As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.